

Heloyza Simonetti Teixeira

**RESOLUÇÃO CONSENSUAL  
DE CONFLITOS E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS**

Instrumento de pacificação social  
e de acesso à justiça

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

*Copyright © 2021 by Heloysa Simonetti Teixeira*

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

T266r

Teixeira, Heloysa Simonetti

Resolução consensual de conflitos e contratos administrativos : instrumento de pacificação social e de acesso à justiça / Heloysa Simonetti Teixeira. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

322 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 253-298.  
Inclui índice onomástico.

ISBN 978-65-5510-525-4

1. Direito constitucional. 2. Acesso à justiça. 3. Contrato administrativo. 4. Resolução. 5. Administração de conflitos. I. Título.

CDD 342.8106

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução.....	1
1. A Polêmica sobre os Contratos em Direito Público .....	11
1.1 O contrato em direito público: dicotomia.....	12
1.2 O contrato no direito contemporâneo .....	15
1.2.1 O contrato só poderia ser celebrado sob a égide do direito privado? A evolução do contrato de direito público na doutrina estrangeira .....	17
1.2.2 Evolução do contrato administrativo no direito brasileiro .....	21
1.2.3 A administração pública no contrato: regime de direito público?.....	23
1.2.4 O contrato administrativo existe? Circunstâncias para a administração contratar.....	27
1.2.5 Cláusulas exorbitantes como característica marcante do contrato administrativo .....	34
1.2.6 Limites da administração pública no contrato administrativo: o equilíbrio econômico-financeiro.....	37
1.3 Teorias e princípios que norteiam o contrato administrativo .....	44
1.3.1 A função social e a constitucionalização do contrato em geral ..	50
1.3.2 A submissão do contrato à boa-fé objetiva .....	62
1.3.3 A boa-fé objetiva na administração pública: exigência constitucional .....	70
2. Direito Administrativo e Interesse Público .....	75
2.1 As transformações do Direito Administrativo .....	75
2.1.1 Administração pública e Constituição .....	85
2.2 Interesse público: evolução e conceito .....	88

2.3 Interesse público: a dúplice noção e o debate doutrinário acerca de sua concepção jurídica.....	92
2.4 Interesse público e bem comum: construção teórica de interesse público e sociedade .....	109
3. Instrumentos Adequados de Resolução de Conflitos e Administração Democrática .....	115
3.1 Gestão de conflitos: surgimento, mecanismos extrajudiciais de resolução de controvérsias e arcabouço legislativo nos contratos.....	116
3.2 A Administração consensual em substituição à administração imperativa: direitos fundamentais, participação, subsidiariedade e constituição .....	122
3.3 A consensualidade na dinâmica da solução de conflitos.....	123
3.4 Cidadania ativa: participação e diálogo rumo ao consenso.....	129
3.5 A administração pública e os instrumentos consensuais: uma gestão negociada .....	133
3.5.1 A resolução extrajudicial e a importância do pluralismo procedimental: o sistema multiportas.....	136
3.5.2 O consensualismo e a mediação: solução pacífica de interesses.....	142
3.6 A mediação: regulamentação normativa e princípios .....	146
3.7 A mediação na administração pública.....	155
3.8 Conciliação e outras formas de composição para solução de conflitos....	161
3.8.1 Conciliação.....	161
3.8.2 Outros métodos autocompositivos.....	162
3.9 Arbitragem e a Administração Pública como parte: fundamentos e limites.....	172
3.9.1 A natureza jurídica da arbitragem e o árbitro nas resoluções por arbitragem.....	177

3.9. 1.1 O papel do árbitro.....	180
4. Importância do uso de Instrumentos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos Contratuais na Administração Pública.....	183
4.1 A resolução de conflitos contratuais administrativos e os princípios da legalidade, da eficiência e da publicidade.....	183
4.1.1 O princípio da legalidade e o prestígio à constituição.....	183
4.1.2 Princípio da eficiência: corolário dos meios extrajudiciais de solução de controvérsias.....	188
4.1.2.1 Princípio da eficiência e smart contracts .....	190
4.1.2.2 O tratamento dispensado às controvérsias contratuais e a observância à eficiência .....	196
4.1.3 O princípio da publicidade e o da confidencialidade: existiria antagonismo?.....	197
4.2 O campo de atuação da administração pública para o uso dos mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos.....	200
4.2.1 Mediação: limites à atuação da administração pública .....	200
4.2.1.1 Competência material das câmaras de mediação em relação aos contratos públicos .....	202
4.2.1.2 As sanções administrativas contratuais e a mediação.....	203
4.3 As sanções e a solução de conflitos por arbitragem: possibilidade ou vedação? .....	207
4.3.2 O reconhecimento do uso da arbitragem nos contratos administrativos pela jurisprudência .....	212
4.4 Importância prática das soluções dialogais na atividade administrativa....	218
4.4.1 Comissões de conciliação e de mediação de conflitos e arbitragem: iniciativa estatal e experiências.....	220
4.4.1.1 Procedimentos na esfera federal.....	220

4.4.1.2 Câmaras e Comissões de Mediação para Resolução de Conflitos e de Arbitragem nos Estados .....	224
4.5 Arbitragem na administração pública: a caminho da concretização do acesso à justiça.....	230
4.5 Novo caminho para solução de controvérsias nas desapropriações: implicações no contrato administrativo.....	236
4.6 Efetividade constitucional: soluções adequadas para a concretização da justiça social .....	239
Conclusão .....	247
Referências .....	253
Índice Onomástico.....	299